

VEREAÇÃO

DESPACHO INTERNO N.º 95/2025/GV-AS

Assunto: Subdelegação de competências em matéria de recursos humanos nos dirigentes do DAQV

Considerando que:

- Através do **Despacho n.º 01/2023, de 2 de janeiro**, foram delegados e subdelegados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal no signatário um conjunto de competências e poderes em matéria de recursos humanos, nos termos do disposto no artigo 36.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;
- O Sr. Presidente conferiu autorização de subdelegação nos dirigentes dos serviços das competências delegadas no signatário;
- A figura da delegação e subdelegação de competências constitui-se como um instrumento administrativo privilegiado na resolução dos problemas dos cidadãos em geral, ao pretender tornar mais célere a atividade diária da Administração Pública;

Na sequência da suspensão de funções da Sr.ª Diretora do Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida (DAQV), a Dr.ª Sílvia Isabela Jesus Almeida Breu Baptista Fernandes, conforme **Despacho n.º 54/2025, de 12 de agosto, subdelego, com a faculdade de subdelegação**, no âmbito dos poderes que me foram conferidos, nos termos do disposto no artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambos na sua redação atual, no Sr. Chefe da Divisão de Gestão da Estrutura Verde, Eng.º João Fernando Pereira Lourenço; na Sr.ª Chefe da Divisão de Gestão de Resíduos Urbanos, Dr.ª Isabel Sofia Carrilho da Silva Malha Fernandes; na Sr.ª Chefe da Divisão de Limpeza Urbana, Eng.ª Susana Gilot Mendes Carvalho Pereira Guerreiro; no Sr. Chefe da Divisão de Viaturas e Máquinas, Eng.º Pedro Filipe Duarte Assis Nunes; na

Sr.^a Chefe da Unidade de Planeamento e Apoio à Gestão, Dr.^a Ana Catarina Alves Cabrita; e na Sr.^a Chefe da Unidade de Bem-Estar Animal e Fiscalização Sanitária, Dr.^a Susana Maria Freire da Silva, **as seguintes competências:**

- a) Autorizar o gozo de férias, bem como, a acumulação até ao limite de 10 dias para o ano civil imediato;
- b) Justificar e injustificar as faltas;
- c) Autorizar a prestação de trabalho suplementar, nos termos da lei e das disposições internas definidas;
- d) Decidir, nos termos da lei e regulamento em vigor, em matéria de duração e horário de trabalho a praticar pelos trabalhadores, à exceção do regime de teletrabalho;
- e) Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do subdelegante;
- f) Assinar correspondência e expediente necessário à mera instrução de processos.

O presente despacho subdelegatório produz efeitos a **12 de agosto de 2025**, inclusive, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 155.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, ficando deste modo ratificados todos os atos praticados pela dirigente a partir dessa data, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo.

Paços do Concelho, 12 agosto de 2025.

O Vereador



Armando Soares